

Brasil cobrará concessões de ricos no Gatt

BRASÍLIA — O Brasil exigirá no âmbito do Acordo Geral de Tarifas (Gatt) uma contrapartida dos países desenvolvidos às medidas de liberalização do comércio exterior adotadas recentemente. Segundo o representante no Gatt, embaixador Rubens Ricúpero, o governo brasileiro apresentará uma série de exigências na próxima rodada negociações do organismo, ainda este mês, e só referendará a eliminação de restrições às importações já adotadas caso obtenha concessões dos países ricos.

“É claro que a liberalização do comércio faz parte da estratégia de modernização da economia brasileira, mas só é viável caso haja a contrapartida dos países desenvolvidos”, disse.

De acordo com Ricúpero, o Brasil irá exigir, entre outros pontos, o fim do subsídio à exportação dos produtos agrícolas. Segundo ele, os países industrializados subsidiam amplamente as exportações de seus produtos agrícolas, o que prejudica as exportações brasileiras.

“Os Estados Unidos têm um programa de incentivos à exportação de frango e óleo de soja. Alguns países da Comunidade Econômica Européia subsidiam fartamente as exportações de leite em pó e outros laticínios. O Brasil tem condições de competir com a produção desses países, mas não tem nenhuma chance de competir com seus tesouros”, afirmou o representante no Gatt.

Além do fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas, o Brasil quer a eliminação das cotas de exportação de têxteis e vestuário, que incidem somente sobre os países em desenvolvimento, o fim da investigação anti-dumping, que muitas vezes é usada como arma pelo país importador, e a redução de tarifas que incidem sobre produtos brasileiros, como o suco de laranja exportado para os Estados Unidos.

O governo brasileiro também não aceita, segundo o embaixador Rubens Ricúpero, o fim do artigo 18 B do acordo do Gatt, que permite aos países desenvolvidos reduzir suas importações em caso de dificuldades com o balanço de pagamentos.